Economia do Brasil dos anos 2000 a 2010

Autores: Jéssica Cardoso, Ulisses Rodrigues e Vanessa Gross.

Nosso trabalho tem por objetivo relatar os acontecimentos econômicos nos anos de 2000 a 2010, na transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o governo Lula.

Fernando Henrique teve dois mandatos consecutivos (1995-1998 e 1999-2002) na Presidência da República. Em 1994 e 2002 conseguimos, graças ao brilhante plano real, a estabilidade monetária perdida na primeira crise do petróleo.

As sucessivas crises cambiais de 1999-2001 e 2002, obrigaram o Brasil aumentar ainda mais seu em endividamento externo, seja pela atração de capitais especulativo de curto prazo, recorrendo a empréstimos de regularização junto ao FMI, fato que a desvalorização do real em 1999 impediu um aprofundamento da deterioração do balanço de pagamentos. A dívida externa brasileira em 2001 e 2002 saltou de 148,3 bilhões de dólares para 227,7 bilhões de dólares, um aumento de 53,5%. Revelou, contudo, a impossibilidade de se conter a inflação por um período prolongado.

O padrão de crescimento do PIB durante o período de vigência do plano real foi do tipo *stop and go*, a razão principal para esse comportamento instável das taxas de crescimento está no fato de que a política macroeconômica deu ênfase e manteve as demais variáveis de ajustes. Como a estabilidade monetária, seja na fase da âncora cambial (1994-1999 ou na fase das metas inflacionárias (1999-2002), apoiou-se essencialmente na manutenção de elevadas taxas de juros e no seu aumento ainda maior nos momentos de crises cambial.

A inflação se alimenta do desequilíbrio do governo. A única forma de manter o nível dos preços sob controle são os gastos do governo (1999-2002) afinal, a estabilidade da moeda estava sendo preservada e, naquele momento, tal fato se apresentava como um valor maior para uma sociedade exausta pelas tentativas passageiras de controle inflacionário do passado.

A política dos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso preocupou-se, essencialmente, com a estabilidade macroeconômica.

 A herança de oito anos da obsessiva busca de estabilidade monetária de Fernando Henrique Cardoso era pesada demais. Venceu, então, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Uma vez eleito, e para decepção daquela parcela do eleitorado que, nas eleições anteriores haviam lhe dado apoio na expectativa de grandes mudanças, Lula adotou como política de governo o que havia prometido na “carta aos Brasileiros”, de junho de 2002, ou seja, manter em linhas gerais a política macroeconômica do governo anterior. Afinal, foi com esta plataforma que na quarta tentativa que venceu as eleições.

Pode-se acusar o governo Lula de não ter um projeto claro de desenvolvimento para o país e de ter permitido que nesse vácuo o projeto neoliberal do governo anterior continuasse a avançar.

O desempenho da economia brasileira no governo Lula tem apresentado seus aspectos mais relevantes principalmente o crescimento, o emprego, a renda e o equilíbrio externo, desempenho favorável do que no governo FHC.

No primeiro momento o governo aposta todas as suas fichas em três reformas: da previdência, tributária e monetária.

Em síntese, podemos dividir a política econômica do governo Lula em duas fases. A primeira é marcada pelo aprofundamento da agenda neoliberal e a segunda pelo liberal-desenvolvimentista e que cobre todo o segundo mandato, que é marcada por uma intervenção mais forte do Estado na economia, mesmo assim continua refém do mercado financeiro, pois a taxa de juros é definido pelo Banco Central, independente do desejo do Governo.

A economia mundial passou a crescer rapidamente, impulsionada pelos países emergentes da Ásia, com destaque para a China e para a Índia. Ainda que as taxas pouco expressivas, mas de forma sustentada sem que mudanças expressivas tivessem sido introduzidas na politica macroeconômica.

Importantes medidas por ele foram tomadas para fortalecer estrutura do Estado: Empresas estatais como a Eletrobrás e a Petrobrás foram fortalecidas. A Petrobrás aumentou de forma expressiva seus investimentos. Não se falou mais em privatização do Banco do Brasil. O BNDES mudou radicalmente seu papel, de financiador das privatizações com dinheiro público, passou a funcionar como banco de desenvolvimento.

A lei dos transgênicos, frequentemente apresentada como prova de capitalização do governo Lula ao neoliberalismo, era na verdade uma demanda importante da comunidade cientifica nacional impedida de realizar pesquisas pela ausência de um marco legal em questões, como a pesquisa com células-tronco embrionárias.

 Entre 2002 e 2009 houve uma efetiva redução da desigualdade de renda, que se deve fundamentalmente a maior desconcentração da renda do trabalho e aos efeitos das transferências públicas de renda (aposentadorias, pensões, bolsa família e programa de benefício de prestação continuada).

No governo Lula, as políticas assistenciais, no caso o programa Bolsa Família teve continuidade, o número de famílias pelo programa em 2008 foi de 11 milhões, e é preciso reconhecer que com tudo isso não foi feito como prejuízo da politica nem com o propósito de suprimi-los. Ao contrario, as politicas universais, e a previdência social, o sistema único de saúde, a lei orgânica de assistência social e o seguro desemprego, cujo peso é o salário mínimo, tiveram igualmente seu escopo ampliado por meio da politica de valorização do salario mínimo. Afirmar, portanto, que o governo Lula se orienta pela cartilha neoliberal tal como seu antecessor não corresponde aos fatos.

A politica macroeconômica do governo apresentou no período de 2003 a 2007, como principal prioridade, a estabilidade monetária, por meio do Plano de Desenvolvimento Produtivo, anunciado em 12 de maio de 2008, de que a politica macroeconômica é condição necessária, mas não suficiente, para a aceleração da competitividade industrial pode ser comprometida, caso a ênfase da politica econômica continue a restringirem-se à estabilidade monetária por meio do aumento ou da manutenção das ainda elevadas taxas de juros e da taxa de câmbio valorizada.

Além da manutenção da politica macroeconômica voltada para a estabilidade monetária, por meio da politica de metas de inflação, o governo Lula deu continuidade a restrição fiscal do governo anterior. Não apenas manteve a politica de obtenção de superávit primários no orçamento adotado em 1999, mas aumentou as metas de superávit primário, de 3,8% para 4,25% do PIB.

A economia passou a crescer devida forte elevação nos preços e demandas por commodities, beneficiando o Brasil, que é um grande exportador de matérias-primas e produtos agrícolas, e contribui para o melhor desempenho da economia brasileira.

Do ponto de vista econômico o desempenho do governo Lula poderia ter sido melhor, considerando-se o cenário mundial amplamente favorável. Nota-se que ao longo dos oito anos do último governo a economia brasileira apresentou um crescimento médio anual de 3,46% onde o governo FHC apresentou 2,4%. No entanto, esse desempenho poderia ter sido ainda pior caso as medidas de crise econômica adotadas após a crise de 2008 não tivesse gerado alguns efeitos positivos.

 Neste contexto a tão desejada “zeragem” da divida liquida externa brasileira, é enganoso, uma vez que tem sido obtida por meio de uma agressiva politica de atração de capitais externos, cuja contrapartida é a compra de dólares pelo Banco Central e a correspondente em missão de títulos da divida publica, para zerar a divida externa liquida que é a diferença entre a divida externa total o Banco Centra do Brasil gastou, entre 2004 e 2007, cerca de 354 bilhões de reais.

Não menos importante na economia é preciso observar que a taxa de investimento no Brasil é extremamente baixa. A baixa taxa está relacionada com a politica de juros elevados e com o câmbio apreciado, que estimularam o investimento produtivo.

A possibilidade de o Brasil encontrar sua posição na divisão internacional do trabalho no século XXI como fornecedor de alimentos, produtos minerais e biocombustíveis tem gerado três diferentes reações; A primeira, mais alinhada com o pensamento liberal é a de entender que se trata de um caminho natural para o país. A segunda, é de enfatizar os riscos associados a essa opção. A terceira, é uma variante da segunda ao mesmo tempo em que enfatiza o risco da desindustrialização.

As ações de política econômica fizeram com que o Brasil fosse um dos “países emergentes” menos afetada pela crise financeira global. Mas isso não significa que não existe problemas e correções necessárias, onde alguns desafios permaneçam para o próximo governo.

Dentre eles setor externo onde torna-se necessário reduzir a volatilidade da taxa de câmbio como forma de estimular as exportações; a política de investimento público, onde é necessário estimular os investimentos (públicos e privados) no sentido de elevar a taxa de investimento da economia; a redução consistente da taxa de juros que é necessário para diminuir as diferenças das taxas de juros praticadas internamente e as taxas de mercado internacional; manter e ampliar um plano de investimento de infraestrutura básica e melhorar a eficiência do gasto público como forma de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Concluímos, então, que o Presidente Lula assumiu o governo em 2003, diante de forte crise financeira. Sua proposta era zerar as dívidas externas, aumentar a condição financeira da população, assim como diminuir o desemprego. Com altos e baixos em todo seu mandato, obteve sucesso devido aos programas e metas por ele estabelecidos e cumpridos. Acreditamos que ele tenha terminado seu mandato com dever cumprido, por mais dificuldades que tenha encontrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

* Herança e ruptura: cem anos de história econômica e propostas para mudar o Brasil, de Reinaldo Gonçalves. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
* Economia brasileira da colônia ao governo Lula, de Marcos Cordeiro Pires. São Paulo, Saraiva, 2010.
* Economia brasileira: Da primeira república ao plano real, de Fernando Soares. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.
* A política econômica durante o Governo Lula (2003-2010): Cenários, resultados e perspectivas, de Lauro Mattei e Luis Felipe Magalhães.